



AGENDA DA SEMANA

INFORMATIVO SEMANAL DE ECONOMIA BANCÁRIA

Dados de atividade movimentam a semana no Brasil e nas principais economias mundiais

Na agenda da semana, os agentes monitoram os resultados das *proxies* mensais do PIB de agosto, que devem mostrar que a economia perdeu um pouco o fôlego no 3º trimestre. O Banco Central divulgou hoje (14) cedo o índice IBC-Br de atividade econômica, que subiu 0,2% no mês, embora não o suficiente para devolver a queda de julho (-0,6%). Com isso, o índice apresenta um carregamento estatístico de positivo de 0,6% para o 3º trimestre, sugerindo que o PIB deve seguir em expansão no período, mas de forma menos intensa do que a observada no 1º semestre. Já a FGV divulga o Monitor do PIB na terça (15). O arrefecimento da atividade neste 2º semestre não muda a expectativa de crescimento do PIB próximo a 3% no ano.

Em relação à inflação, a FGV divulga o resultado do índice IGP-10 de outubro na quinta-feira (17), que deve mostrar uma alta acentuada dos preços no atacado. A expectativa é que o indicador suba 1,37% no mês (ante 0,18% em setembro), pressionado pelos itens agropecuários no atacado, especialmente por parte dos bovinos e carnes, dada a piora das condições das lavouras (seca), além da sólida demanda pelo produto. Com isso, o índice deve acelerar de 4,25% para 5,14% no acumulado em 12 meses, podendo manter as projeções de inflação com viés de alta para este ano.

No cenário internacional, a semana traz dados de atividade de setembro nos EUA e pode mostrar um cenário de consumo ainda aquecido. Os analistas estimam alta de 0,3% do varejo no mês, registrando, assim, avanço em todos os meses do 3º trimestre, enquanto a produção industrial deve apresentar alguma acomodação (-0,1%), após o forte resultado do mês anterior (+0,8%). Além disso, na terça (15), Bank of America, Citibank e Goldman Sachs divulgam seus resultados do 3º trimestre, concluindo as divulgações dos principais bancos do país, após o JP Morgan e o Wells Fargo publicarem números considerados positivos na última sexta-feira (11). Na próxima edição do informativo, traremos uma análise mais detalhada dos principais resultados dos maiores *players* do setor bancário norte-americano no 3T24.

Na Europa, o BCE deve dar continuidade ao ciclo de cortes dos juros na região. A autoridade monetária se reúne na quinta (17) e deve reduzir a taxa de depósito para 3,25% aa (ante 3,50% aa), respondendo à desaceleração da inflação (CPI), que atingiu 1,8% na prévia setembro e voltou a ficar abaixo da meta de 2,0% aa pela 1ª vez desde junho de 2021. Além disso, a atividade também tem mostrado números modestos no bloco, especialmente na Alemanha, país que é mais dependente do setor industrial e que tem sofrido com o quadro de juros mais elevados e forte concorrência chinesa.

Na China, na quinta (17) serão conhecidos os dados do PIB e atividade de fechamento do 3T24, que devem manter o quadro de desaceleração da economia do país. O consenso do mercado projeta alta de 4,5% do PIB chinês no 3º trimestre em comparação com o mesmo período do ano anterior. Assim, a expectativa é de um número um pouco abaixo do observado no 2T24 (+4,7%), dada a contínua crise no setor imobiliário, fraqueza da demanda interna e aumento das restrições quanto à exportação de produtos industrializados. Tais fatores tem aumentado o risco do país entrar em um quadro deflacionário. Neste sentido, o governo chinês anunciou neste fim de semana que irá adotar novas medidas de caráter fiscal para estimular a economia do país, com o ministro das finanças afirmando que o país possui um espaço relativamente grande para aumentar o déficit fiscal e seu nível de endividamento. Além da leitura do PIB, também serão divulgados no mesmo dia os dados de produção industrial e vendas no varejo de setembro.

A próxima página traz a agenda completa de indicadores, com as datas de divulgação e projeções de mercado.



INDICADORES DA SEMANA

NACIONAL

Data	Indicadores Nacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
14/out	BCB: Índice de Atividade Econômica (IBC-Br)	Ago/24	0,1% m/m 2,9% a/a	-0,4% m/m 5,3% a/a
15/out	FGV: Monitor do PIB	Ago/24	-	0,1% m/m 5,4% a/a
17/out	FGV: IGP-10	Out/24	1,37% m/m 5,14% a/a	0,18% m/m 4,26% a/a

Fonte: Bloomberg.

INTERNACIONAL

Data	País ou Região	Indicadores Internacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
13/out	China	Balança Comercial (Exportações / Importações)	Set/24	6,0% a/a 0,6% a/a	8,7% a/a 0,5% a/a
14/out	China	PBoC: Taxa de Juros de 1 ano	Out/24	2,0% aa	2,0% aa
15/out	Zona do Euro	Produção Industrial	Ago/24	1,8% m/m	-0,3% m/m
17/out	Zona do Euro	Inflação ao Consumidor (CPI)	Set/24 – final	-0,1% m/m 1,8% a/a	0,1% m/m 2,2% a/a
17/out	Zona do Euro	BCE: Reunião de Política Monetária	-	3,25% aa; 3,40% aa 3,65% aa	3,50% aa; 3,65% aa 3,90% aa
17/out	EUA	Vendas no varejo	Set/24	0,3% m/m	0,1% m/m
17/out	EUA	Produção Industrial	Set/24	-0,1% m/m	0,8% m/m
17/out	China	PIB	3º tri/24	4,5% a/a	4,7% a/a
17/out	China	Produção Industrial	Set/24	4,6% a/a	4,5% a/a
17/out	China	Vendas no varejo	Set/24	2,5% a/a	2,1% a/a
18/out	EUA	Construção de casas novas	Set/24	-0,4% m/m	9,6% m/m
18/out	EUA	Alvarás para novas construções	Set/24	-1,0% m/m	4,6% m/m

Fonte: Bloomberg.



ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS

Inflação se aproxima de 4,5% e atividade dá sinais de acomodação no 3T24

O índice de inflação IPCA subiu 0,44% em setembro, próximo das estimativas (0,46%) e revertendo a ligeira deflação (-0,02%) de agosto. Com isso, o índice atingiu 4,42% no acumulado em 12 meses (ante 4,24%), se aproximando novamente do teto da meta (4,5%), nível que se deve manter até o fim do ano, diante das pressões decorrentes das condições climáticas desfavoráveis.

A inflação do mês foi puxada pela alta da tarifa de energia elétrica (+5,36%), com o acionamento da bandeira vermelha nível 1, diante da escassez de chuvas, levando o item a contribuir sozinho com 47,9% da inflação de setembro. Além disso, a partir de outubro foi acionada a bandeira tarifária vermelha nível 2, que deve levar a uma nova alta relevante da energia elétrica no mês (com impacto estimado em cerca de 0,20 pp). Os preços dos alimentos consumidos no domicílio também ficaram mais caros (+0,56%), pressionados por alguns itens *in natura*, como as frutas (+2,79%), mas também pelas carnes (+2,97%), já que a seca tem afetado as pastagens para os gados.

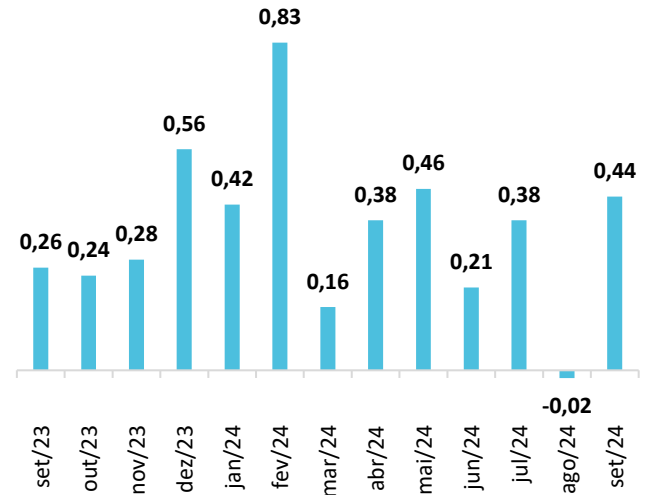
Na outra direção, os preços dos combustíveis mostraram acomodação em setembro (-0,02%), diante da queda do preço do barril do petróleo. Já as despesas pessoais registraram deflação de 0,31% no mês, em função das promoções relacionadas a “Semana do Cinema”, que fez os tíquetes médios caírem 8,75% em setembro.

As medidas de núcleo, que buscam reduzir a volatilidade causada por choques (especialmente de oferta) sobre a trajetória da inflação, se mantiveram relativamente estáveis na passagem de agosto para setembro, mas ainda em nível acima da meta de inflação. Como exemplo, a média das principais medidas de núcleo acompanhada pelo Banco Central subiu 0,22% em setembro (ante 0,24%), acumulando alta de 3,81% (ante 3,80%) em 12 meses. A inflação de serviços subjacentes, que em tese, é mais sensível às condições do mercado de trabalho, ficou praticamente estável no mês (+0,01%), mas ainda acumula alta de 4,73% em 12 meses.

No geral, o resultado ficou dentro do esperado e começou a mostrar os efeitos da seca sobre a inflação. A tendência é que a inflação siga pressionada nos próximos meses, conforme sugerem os números do atacado (IPA-DI) divulgados pela FGV na última semana, que mostraram forte alta dos itens agropecuários (+3,55%), puxada pelos preços dos bovinos e carnes.

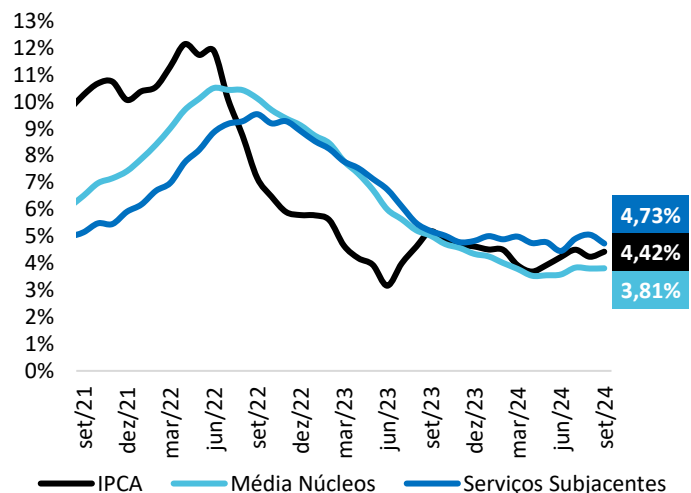
INDICADORES ECONÔMICOS

Quadro 1: IPCA – Var.% Mensal



Fonte: IBGE

Quadro 2: IPCA e medidas de núcleo – Var.% acumulada em 12 meses



Fonte: IBGE e BCB

Em relação à atividade, os números de agosto divulgados pelo IBGE mostraram arrefecimento, sugerindo que a economia perdeu um pouco de força no 3T24, em função da redução dos estímulos fiscais e do fim do ciclo de queda dos juros.

As vendas no varejo (conceito ampliado) caíram 0,8% no mês, bem pior do que as expectativas (+0,2%) e o segundo mês sem registrar crescimento, após estabilidade em julho. O resultado do mês foi marcado pela queda disseminada no setor, com recuo em 8 das 10 atividades pesquisadas.

As maiores baixas foram observadas nas vendas de veículos e peças (-5,2%) e outros artigos de uso pessoal (-3,9%). Já as vendas dos hiper/supermercados, grupo mais representativo do varejo, ficaram relativamente estáveis (-0,1%). Por outro lado, apenas as vendas de artigos farmacêuticos (+1,3%) e materiais de construção (+0,3%) subiram no período.

Com o resultado, o carregamento estatístico do setor apresenta estabilidade para o 3T24, sinalizando acomodação após as altas observadas nos 1º e 2º trimestres do ano. De toda forma, no acumulado do ano, as vendas no varejo registraram expansão de 4,5%, impulsionadas pelo aumento da renda das famílias e melhora das condições de acesso ao crédito.

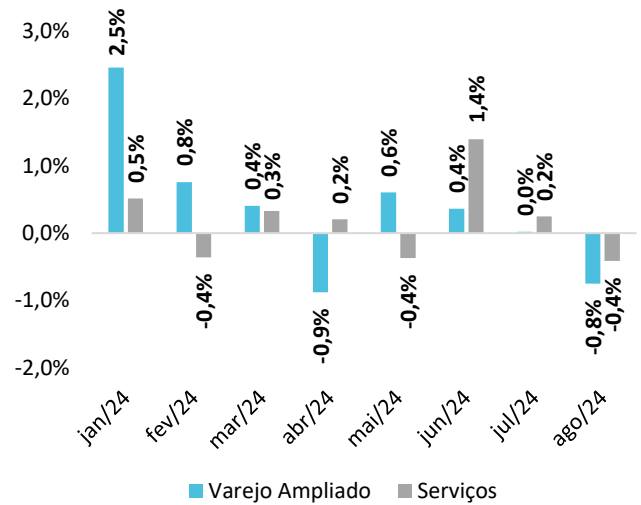
O setor de serviços recuou 0,4% em agosto, também bem abaixo das expectativas (+0,2%). Além disso, o IBGE revisou para baixo o dado de julho, de +1,2% para +0,2%, em função da obtenção de dados retroativos corretos de uma empresa que havia informado que sua receita estava subestimada até então (gerando uma alta irreal em julho). Com isso, a atividade de serviços profissionais e administrativos foi revisada de 4,2% para -0,5% no mês anterior.

Em agosto, as atividades pesquisadas apresentaram desempenho misto, com alta em dois segmentos: serviços prestados às famílias (+0,8%) e “outros serviços” (+1,4%); estabilidade na atividade de serviços profissionais e administrativos; e, queda em outros dois: serviços de informação (-1,0%) e transporte (-0,4%), refletindo, neste caso, a forte baixa em transporte aéreo (-4,0%).

Apesar do resultado mais fraco que o esperado e da revisão do dado de julho, o setor segue apresentando um carregamento estatístico positivo para o 3T24, de 0,8%, puxado pelo bom desempenho das atividades de serviços prestados às famílias (+1,9%) e serviços de informação (+2,3%) no período.

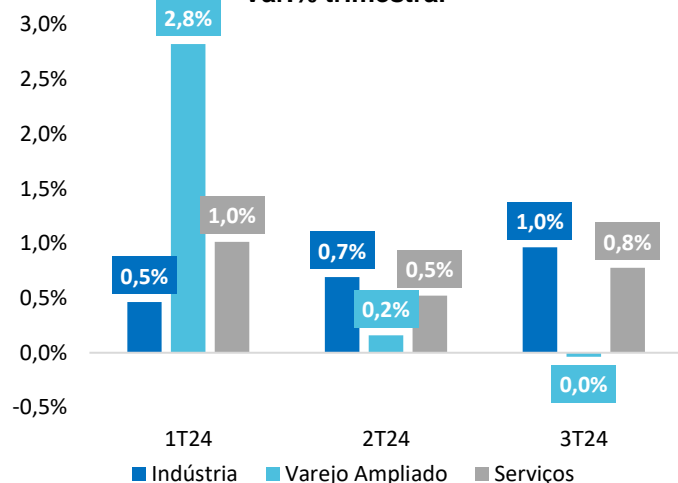
Portanto, os indicadores sugerem que a economia seguiu em expansão no 3º trimestre, porém, com um ritmo mais lento do que o observado no 1º semestre, que por sinal, foi bastante forte.

Quadro 3: Varejo Ampliado e Setor de Serviços
Var.% mensal



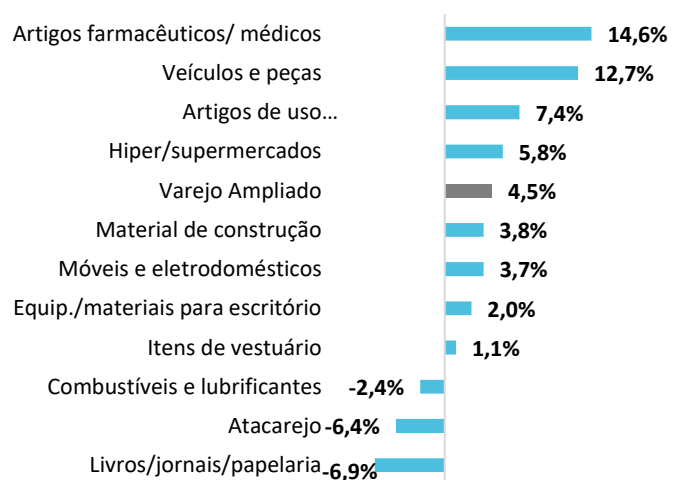
Fonte: IBGE

Quadro 4: Indicadores Setoriais
Var.% trimestral*



Fonte: IBGE. *Carry over para o 3T24

Quadro 5: Vendas no Varejo
Var.% Acumulada no Ano (Jan-Ago)



Fonte: IBGE

Indicadores Econômicos – Cenário Internacional

Surpresa negativa com CPI e Fed mais cauteloso não atrapalham alta das bolsas

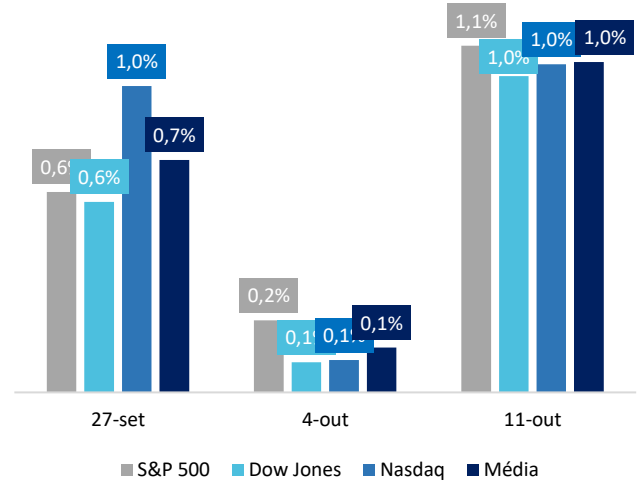
No cenário internacional, os principais índices acionários dos EUA apresentaram altas relevantes na semana, puxados pelo setor de tecnologia (lançamento de um novo chip pela empresa Nvidia) e bancário. O JP Morgan e o Wells Fargo inauguraram a temporada de balanços corporativos do 3º trimestre nos EUA, mostrando lucros acima do esperado, impulsionando as ações dos respectivos bancos, assim como do restante do setor. O JP registrou lucro de US\$ 12,9 bi no trimestre, com um ROE de 16,0%, enquanto o Wells Fargo apresentou um lucro de US\$ 5,1 bi e rentabilidade de 11,7% no período. De toda forma, o CEO do JP Morgan, Jamie Dimon, ressaltou que há uma série de preocupações no horizonte, seja do ponto de vista econômico (déficit fiscal dos EUA), como geopolítico (guerras).

O desempenho positivo dos mercados ocorreu apesar da surpresa negativa com os dados de inflação ao consumidor (CPI) e a ata da última reunião do Fed, que mostrou uma divisão entre os membros da diretoria em relação ao corte de 0,5 pp.

O CPI subiu 0,2% em setembro, acima do esperado (+0,1%) e com uma composição desfavorável. O número cheio foi puxado tanto por itens mais voláteis (alimentos +0,4%), como por itens que compõem o núcleo (serviços +0,4%). Por outro lado, houve queda (1,9%) dos preços de energia, puxada pela gasolina (-4,1%). Em 12 meses, o indicador desacelerou menos que o esperado, ficando em 2,4% (ante 2,5%). Já o núcleo do CPI subiu 0,3% no mês e voltou a acelerar em base anual (+3,3% ante +3,2%), interrompendo a sequência de queda observada desde abr/23. Já os preços ao produtor (PPI) ficaram estáveis no mês de setembro, levando o indicador em 12 meses a uma alta de 1,8% (ante +1,9%).

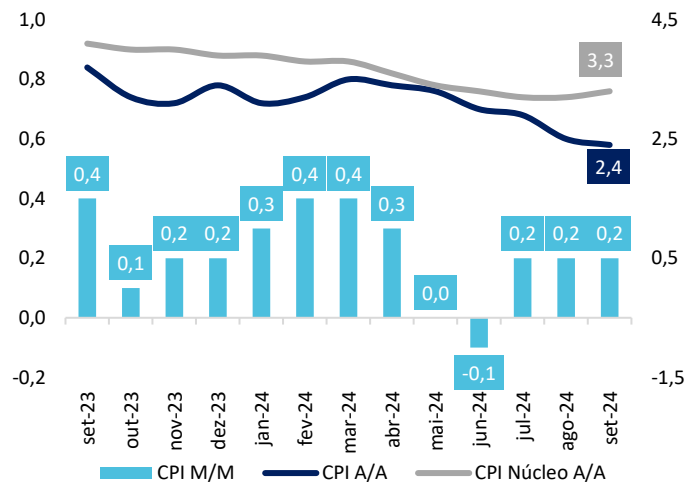
A ata da última reunião do Fed, realizada nos dias 17 e 18 de setembro, indicou que o corte de 0,50 pp nos juros enfrentou alguma resistência no Colegiado (Fomc). Apesar do documento deixar claro que todos os participantes entendiam que uma redução nos *Fed Funds* era necessária, também mostrou que “alguns participantes” teriam preferido uma redução mais conservadora (-0,25 pp). No fim, apenas a dirigente Michelle Bowman votou pela redução de 0,25 pp. Ainda, alguns dirigentes do Fed fizeram discursos nesta semana, sendo o mais polêmico o do presidente da regional de Atlanta, Raphael Bostic, que disse estar confortável em manter os juros estáveis em novembro. De toda forma, o mercado segue apostando em dois cortes de 0,25 pp até o fim do ano.

Quadro 6: EUA – Principais índices acionários
Var. % semanal



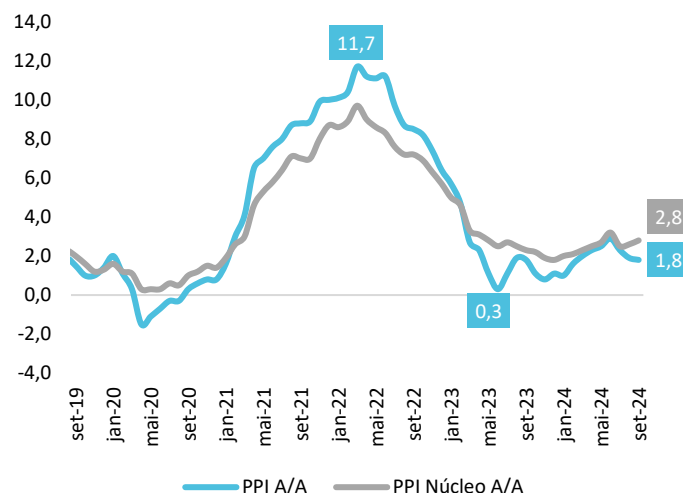
Fonte: Bloomberg.

Quadro 7: EUA – Inflação ao Consumidor (CPI)
Var. % m/m e a/a



Fonte: Bloomberg.

Quadro 8: EUA – Inflação ao Produtor (PPI)
Var. % a/a



Fonte: Bloomberg.

Análise Especial

CRÉDITO / BANCOS

O que explica o maior nível da inadimplência das famílias em relação ao período pré-pandemia?

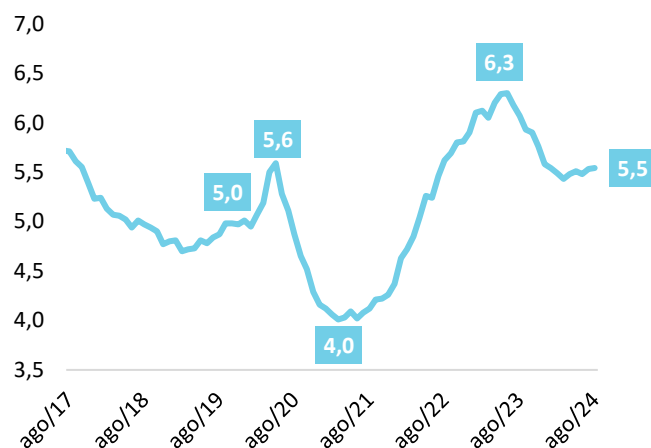
A inadimplência da carteira de crédito com recursos livres destinada às famílias tem mostrado estabilidade nos últimos meses, se mantendo próxima a 5,5%. Tal nível é inferior ao observado em junho de 2023, quando atingiu 6,3% e foi o pico da inadimplência gerado na esteira do forte crescimento do crédito no pós-pandemia, estimulado, dentre outros motivos, pela redução da taxa Selic para 2% aa no período. Contudo, ainda segue acima do patamar registrado no período pré-pandemia, quando a inadimplência da carteira em questão estava em cerca de 5%. Chama atenção o fato que a economia tem crescido a um bom ritmo nos últimos anos (em torno de 3%) e o mercado de trabalho está aquecido, com taxa de desemprego muito próxima do mínimo da série histórica e com expressiva expansão da renda e da massa salarial. Assim, em tese, seria de se esperar um nível mais baixo da inadimplência das famílias.

Esta análise tem como objetivo identificar através de mudanças na composição da carteira de crédito, sob a ótica dos produtos e do perfil de renda dos tomadores de crédito, assim como variações no nível da inadimplência em cada segmento (produtos/ faixa de renda), o que explicaria o nível mais alto da inadimplência atualmente em relação ao período pré-pandemia.

Em primeiro lugar, analisamos a composição da carteira de crédito PF Livre por produtos para os dois períodos. O Quadro 10 traz a participação atual (dado de agosto de 2024) e a diferença em relação à participação para o período entre setembro de 2019 a fevereiro de 2020 (média dos 6 meses antes da pandemia). Observa-se que houve um aumento da participação dos seguintes produtos: crédito pessoal não consignado, cartão de crédito total (à vista, rotativo e parcelado com juros) e crédito pessoal vinculado à composição de dívida (decorrente de renegociação de dívidas).

Por outro lado, perderam participação o cheque especial, o crédito consignado e para aquisição de veículos. Ou seja, uma primeira conclusão é que aparentemente houve uma piora na composição do crédito, com ganho de relevância em linhas de maior risco, ou seja, de maior inadimplência média, vis-à-vis linhas de menor risco, especialmente o consignado e crédito para veículos.

Quadro 9 - Inadimplência PF com recursos livres - em % da carteira



Fonte: BCB.

Quadro 10 – Participação, Inadimplência e Var. Impacto da Inadimplência dos produtos na carteira PF com recursos livres

	Cheque especial	Crédito pessoal não consignado	Renegociação de dívidas	Consignado total	Aquisição de veículos	Cartão de crédito Total	Outros
Part.% Saldo							
ago/24	1,7%	14,8%	4,2%	32,4%	15,8%	27,1%	4,0%
Dif. ante pré-pandemia	-0,7%	2,8%	0,6%	-2,4%	-2,5%	2,7%	-0,6%
Inadimplência (Em % da carteira)							
ago/24	11,75	5,93	17,57	2,39	4,56	7,52	4,91
Dif. ante pré-pandemia	-4,51	-1,68	3,28	0,14	1,12	1,45	-1,56
Var. do Impacto na Inadimplência (em p.p.)							
Dif. ante pré-pandemia	-0,18	-0,04	0,22	-0,01	0,09	0,56	-0,10

Análise Especial

CRÉDITO / BANCOS

O Quadro 10 também traz o nível de inadimplência por produto para cada período. Neste caso, observa-se que houve aumento da inadimplência na maioria dos produtos: crédito pessoal de renegociação, consignado, aquisição de veículos e cartão de crédito total. As únicas linhas que mostraram queda da inadimplência foram o cheque especial e o crédito pessoal não consignado. Assim, outra constatação é que houve uma combinação dos efeitos, ou seja, piora do perfil da carteira e aumento da inadimplência média dos produtos.

Segundo nossas contas, a mudança da composição da carteira levou a um acréscimo de 0,20 pp da inadimplência média agregada, respondendo por 36,5% do aumento da inadimplência da carteira, enquanto o aumento da inadimplência dos produtos respondeu por cerca de 2/3 do efeito total.

Quadro 11 – Decomposição da Var. da Inadimplência entre efeito saldo e inadimplência

	Em pp	Part. %
Efeito Saldo / Composição	0,20	36,5%
Efeito Inadimplência	0,35	63,5%

Elaboração: Febraban

O Quadro 10 também traz o cálculo da contribuição de cada produto para o aumento da inadimplência. A conclusão é que a piora foi concentrada no cartão de crédito e no crédito renegociado. Em ambos os casos, tanto pelo efeito composição (aumento de participação), como pelo efeito inadimplência. O aumento da inadimplência da carteira de veículos também deu contribuição positiva, mas pode ser considerada marginal. Por outro lado, os demais produtos (cheque especial, consignado e pessoal não consignado) contribuíram para a queda da inadimplência, seja por causa da menor inadimplência ou perda de participação na carteira total (ou ambos).

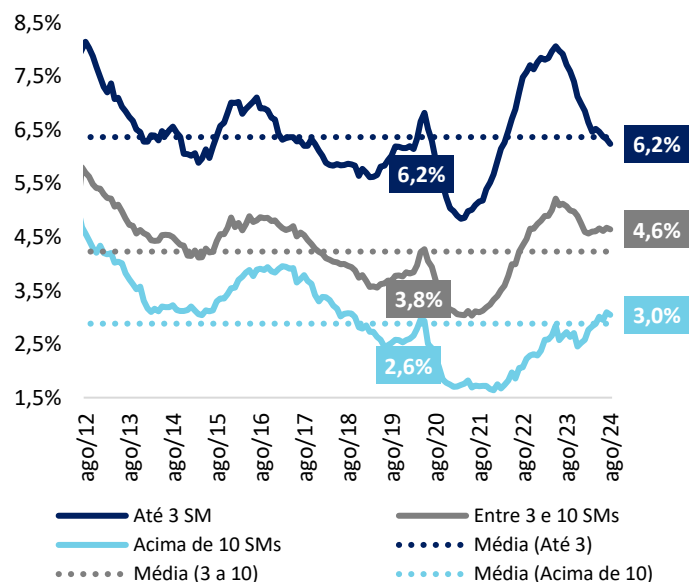
Em seguida, replicamos o exercício, mas agora analisando a decomposição da carteira de crédito Livre PF pela faixa de renda do tomador, dividindo nos seguintes grupos:

- Até 3 Salários-Mínimos (SMs);
- De 3 a 10 Salários-Mínimos (SMs);
- Acima de 10 Salários-Mínimos (SMs);

Para ilustrar, o Quadro 12 traz a evolução do índice de inadimplência de cada grupo. Como esperado, a inadimplência média é inversamente proporcional ao nível da renda, ou seja, quanto maior a renda, menor a inadimplência média do grupo.

O Quadro 13, por sua vez, traz a participação de cada segmento na carteira de crédito PF com recursos livres, o respectivo índice de inadimplência e a diferença em relação ao período pré-pandemia. Em relação à participação, observa-se que houve um ganho relevante de importância das pessoas de baixa renda (até 3 SMs) no saldo de crédito. A participação deste grupo saltou de 31,9% para 36,7% do total. Tal constatação não é uma surpresa, dado o forte crescimento do crédito no período pós-pandemia impulsionado pelo avanço da digitalização do setor financeiro, criação do PIX e aumento da bancarização. Assim, os tomadores de crédito com nível de renda intermediário (de 3 a 10 SMs) e alto (acima de 10 SMs) perderam participação.

Quadro 12 – Inadimplência Crédito PF Livre* - Por faixa de renda - Em % carteira



*Fonte: SCR.Data/BCB. Exceto crédito habitacional e rural

Análise Especial

CRÉDITO / BANCOS

Dado que os tomadores de crédito com menor renda possuem uma inadimplência média maior, fica nítido que parte importante do aumento da inadimplência agregada da carteira decorreu do efeito composição (ou seja, maior participação de tal grupo no total).

Além disso, outro fato que chama a atenção é que este é o único grupo que, atualmente, possui o mesmo nível de inadimplência em relação ao pré-pandemia. Isto porque, após o forte aumento da inadimplência deste grupo entre 2021/22, houve redução da exposição ao risco por parte do SFN a este grupo, fato que levou a uma queda da inadimplência no segmento. Por outro lado, os demais grupos registram atualmente níveis de inadimplência um pouco mais elevados, com destaque para o grupo de renda intermediária, cujo nível de inadimplência está 0,8 pp acima do período pré-pandemia (4,6% ante 3,8%).

Decompondo a variação da inadimplência por faixa de renda, observa-se que 0,32 pp (ou cerca de 60% do total) reflete o aumento da participação dos tomadores de baixa renda no total. Note que tal participação é superior à observada no efeito composição do exercício anterior. Ou seja, pode-se supor que parte do aumento da inadimplência registrada em algumas linhas de crédito pode estar refletindo simplesmente a incorporação de tomadores de baixa renda (e também de maior inadimplência média) no mercado de crédito. Por outro lado, cerca de 40% do aumento da inadimplência agregada deriva do aumento da inadimplência dos demais grupos, especialmente de renda intermediária, que respondem por 31% do total.

Portanto, pode-se concluir que parte importante (60%) do maior nível atual da inadimplência da carteira com recursos livres destinada às famílias, quando se compara com o período pré-pandemia, decorre do ganho de importância das faixas de baixa renda no crédito. Além disso, dado o padrão da expansão do crédito neste período, caracterizado pelo aumento relevante do uso do cartão de crédito por tal público (especialmente via bancos digitais), é possível que parte do aumento da inadimplência do produto tenha ocorrido por tal fator.

Contudo, também se observa alguma piora dos índices de inadimplência em alguns produtos/segmentos de renda, com destaque para o público de renda média. Os níveis ainda elevados de comprometimento de renda e das taxas de juros podem explicar tal efeito, mas é algo que precisaria ser analisado com cuidado. Além disso, tal quadro desperta alguma cautela, dado o novo ciclo de alta da taxa Selic, que pode voltar a pressionar o orçamento das famílias.

Do ponto de vista prospectivo, é importante avançar na agenda de melhoria da efetividade das garantias, como o Novo Marco de Garantias, de modo a permitir um maior avanço de linhas de crédito com alguma forma de colateral, que possuem menos risco e consequentemente menores taxas de juros.

Quadro 13 – Participação, Inadimplência e Var. Impacto dos grupos na inadimplência carteira PF com recursos livres

	Até 3 SMs	de 3 a 10 SMs	Acima de 10 SMs
Part. % Saldo			
ago/24	36,7%	35,4%	24,2%
Dif. ante pré-pandemia	4,8%	-3,2%	-1,9%
Inadimplência (Em % da carteira)			
ago/24	6,2%	4,6%	3,0%
Dif. ante pré-pandemia	0,00	0,80	0,40
Var. do Impacto na Inadimplência (em p.p.)			
Dif. ante pré-pandemia	0,32	0,17	0,06

Elaboração: Febraban

Relatório Mensal da Caderneta de Poupança – Set/24

CRÉDITO / BANCOS

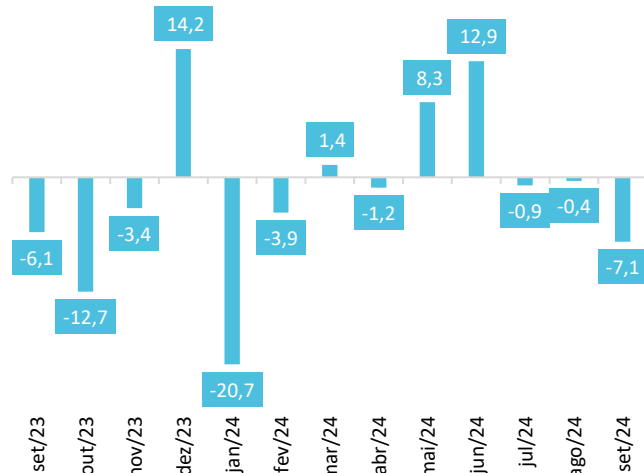
A caderneta de poupança registrou captação líquida negativa de R\$ 7,1 bilhões em setembro, segundo dados divulgados pelo Banco Central do Brasil (BCB). Os saques superaram os depósitos pelo terceiro mês consecutivo, mas desta vez em volume bem superior às saídas líquidas de julho (R\$ 0,9 bi) e agosto (R\$ 0,4 bi) que estavam próximas a um equilíbrio, com dados já ajustados pela inflação. Além disso, o número também foi pior do que o observado em setembro de 2023 (R\$ -6,1 bi), sendo assim o único mês do ano com desempenho abaixo do registrado no mesmo período do ano passado.

Com o resultado, a modalidade fechou o 3T24 com captação líquida negativa em R\$ 8,5 bi. De toda forma, o valor foi melhor do que o observado no 3º trimestre de 2022 (R\$ -44,5 bi) e 2023 (R\$ -16,2 bi). Porém, aprofundou a captação negativa no acumulado do ano, que chegou a R\$ 11,7 bi, apesar de ainda ser melhor do que o observado entre os meses de janeiro e setembro de 2022 (R\$ -101,0 bi) e 2023 (R\$ -91,5 bi), quando o movimento de retirada dos recursos da modalidade foi bastante intenso.

Já o saldo da caderneta interrompeu uma sequência de sete meses de alta, com uma queda no mês de setembro, atingindo R\$ 1,019 trilhão (ante R\$ 1,021 tri em agosto). Em comparação com o PIB, o saldo da modalidade se mantém na faixa de 9,0%, nível mais baixo desde meados de 2009, ilustrando a perda estrutural de relevância do produto no pós-pandemia.

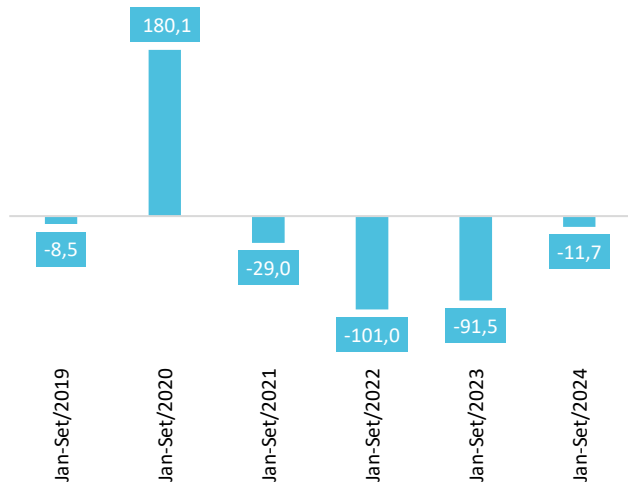
Importante observar se o dado fraco de setembro foi pontual ou irá se repetir em outubro. Isso porque, dado o novo ciclo de aumento da taxa Selic, é provável que a modalidade volte a perder recursos com maior intensidade. Com isso, as discussões em torno das fontes de *funding* para o crédito habitacional devem voltar a ganhar força.

Quadro 14: Captação Líquida da Caderneta de Poupança Em R\$ bi (IPCA de set/24)



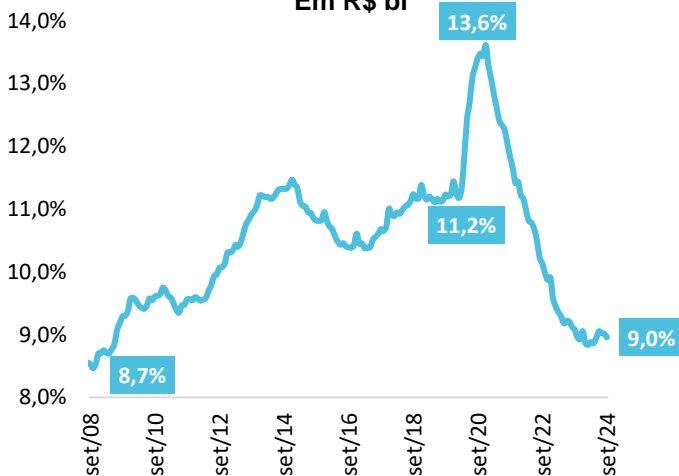
Fonte: Bacen.

Quadro 15: Captação da Caderneta de Poupança Acum. Janeiro a Setembro (Em R\$ bi)



Fonte: Bacen.

Quadro 16: Saldo da Caderneta de Poupança Em R\$ bi



Fonte: Bacen.



MERCADOS E EXPECTATIVAS

FOCUS – Indicadores Selecionados	2024				2025			
	11/10/24	04/10/24	13/09/24	Viés	11/10/24	04/10/24	13/09/24	Viés
IPCA (%)	4,39	4,38	4,35	▲	3,96	3,97	3,95	▼
PIB (% de crescimento)	3,01	3,00	2,96	▲	1,93	1,93	1,90	↔
Meta Selic - fim do ano (% a.a.)	11,75	11,75	11,25	↔	11,00	10,75	10,50	▲
Taxa de Câmbio - fim do ano (R\$/US\$)	5,40	5,40	5,40	↔	5,40	5,39	5,35	▲

Fonte: Banco Central do Brasil.

Indicadores do Mercado	11/10/24	Variação %			
		Na semana	No mês	No ano	12 meses
NACIONAL					
Taxa de câmbio (R\$/US\$)	5,61	2,84%	2,96%	15,52%	11,10%
CDS Brasil 5 anos (em pontos)	154,91	6,17%	1,55%	16,95%	-14,20%
Juros DI 30 dias (% a.a.)	10,78	0,94%	1,13%	-7,48%	-13,80%
Juros DI 1 ano (% a.a.)	12,50	1,98%	2,65%	24,53%	13,26%
Juros DI 5 anos (% a.a.)	12,83	2,97%	2,93%	27,35%	13,72%
Índice Ibovespa (em pontos)	129.992,29	-1,37%	-1,38%	-3,12%	11,06%
IFNC (setor financeiro)	13.134,84	-1,46%	-1,90%	-4,84%	13,48%
INTERNACIONAL					
Fed Funds (% a.a.)	5,00	0,00%	0,00%	-9,09%	-9,09%
T-NOTE - 2 anos (% a.a.)	3,96	0,86%	8,63%	-6,93%	-21,96%
T-NOTE - 10 anos (% a.a.)	4,10	3,36%	8,45%	5,70%	-12,70%
Dollar Index	102,89	0,36%	2,09%	1,54%	-3,48%
Índice S&P 500 (em pontos)	5.815,03	1,11%	0,91%	21,91%	33,69%
Índice de ações de bancos – EUA	115,22	3,55%	1,76%	5,20%	32,36%
Índice Euro Stoxx 50	5.003,92	0,99%	0,07%	10,67%	19,19%
Índice de ações de bancos - Zona do Euro	145,12	1,67%	-0,05%	22,62%	29,81%
Barril de Petróleo - tipo Brent (US\$)	79,04	1,27%	10,13%	2,60%	-8,09%

Fonte: Bloomberg.

Diretoria de Economia, Regulação Prudencial e Riscos
economia@febraban.org.br

Rubens Sardenberg
 Jayme Alves
 Luiz Fernando Castelli
 Daniel Casula
 João Vítor Siqueira